

TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E ATUALIZAÇÕES DA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO: ENTREVISTA COM ADRIÁN SOTELO VALENCIA¹

Entrevista do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (Ufes), com o Prof. Adrián Sotelo Valencia (Unam)², por Priscila Monteiro Chaves³



¹ Entrevista recebida em 25/06/2026. Aprovada em 18/07/2026. Publicada em 28/07/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i54.72537>

² Sociólogo, mestre e doutor em Estudos Latino-Americanos pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM, México, Professor do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da mesma instituição. Email: adriansotelo@politicas.unam.mx.

³ Professora do Departamento de Educação do Campo (DEC) e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-Ufes). Integra o Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis (GTP-Ufes) e o Grupo de Investigação em Políticas Educacionais (Gipe-Marx-Ufsc). Email: priscila.chaves@ufes.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8817909868659161>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3986-6157>

Mais que um departamento da Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS) da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), o Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) se constitui como um importante e estratégico espaço para a reflexão política e para os processos revolucionários da América Latina. O centro abrigou, no período ditatorial, assembleias e reuniões em que os pesquisadores apresentavam seus progressos de pesquisa, em que debatiam a realidade social que alcançava toda a América Latina, onde a hegemonia de governos progressistas falhou em impulsionar agendas revolucionárias. Foi na conjuntura de crise e declínio do capitalismo, de ebulição popular, de ofensiva imperialista reeditada, que o marxismo ganha contribuições acerca das particularidades dos países subalternizados com a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Com isso, temos o fortalecimento e aperfeiçoamento de um arcabouço teórico que vem permitindo compreender e explicar o mundo em que vivemos, as especificidades da exploração capital-trabalho nos países dependentes, dando importantes chaves para considerar as possibilidades de superação histórica.

O professor Adrián Sotelo Valencia (Cela-Unam) é hoje uma importante referência latino-americana em estudos da Sociologia do Trabalho e, especialmente, da formulação da TMD. Destacamos sua relevância no que compete ao trabalho de atualização e difusão do pensamento crítico latino-americano e da herança teórica de Ruy Mauro Marini, na análise e explicitação das mais recentes transformações nas dinâmicas internacionais e imperialistas de exploração, revitalizando abordagens e abrindo novas frentes de pesquisa, dando força a uma teoria crítica para a compreensão das transformações vivenciadas por nossas formações sociais.

O Cela, Centro de vínculo do prof Adrián, é hoje um dos principais espaços de arquivo, sistematização, acúmulo e difusão da TMD na América Latina, sendo referência para o processo de internacionalização nos espaços ativistas e acadêmicos. “Historicamente, o Centro também tem sido um pulmão do pensamento latino-americano na UNAM, alimentando outras visões das ciências sociais e humanas que estão se desenvolvendo nesta universidade” (Branca e Silva, 2024).

Priscila pelo GPTP: Em confronto à possível perda de função explicativa da lei do valor, como podemos explicar sua atualização, e

talvez sua ainda maior necessidade, mediante a indústria 4.0 e a plataformação do trabalho?

Adrián: *Para responder essa pergunta, é necessário distinguir a lei do valor da teoria do valor dentro da economia política marxista. Esta última expressa a relação articulada e dialética entre o aparato conceitual, as categorias, hipóteses e leis que regem a produção de mercadorias, enquanto a lei do valor estabelece a determinação do valor das mercadorias, incluindo a força de trabalho, pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção. Além disso, é a base para explicar a profunda crise estrutural do capitalismo contemporâneo no sentido estrito da concepção de István Mészáros. É no âmbito dessa crise que se desenvolve a chamada Quarta Revolução Industrial (4RI) no contexto da recuperação da taxa de lucro que oferece ao capital direcionar seus investimentos às forças motrizes dessa revolução: inteligência artificial generativa (AGI), algoritmos, robótica, automação, eletrônica avançada, cadeias de valor e o fornecimento de peças e componentes na promoção de ramos e setores da economia digitalizada, conectada por sensores a portos globalizados por meio de empresas transnacionais e dos governos participantes da China, dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. A importância da validade da teoria do valor/trabalho reside no fato de que ela desmonta as hipóteses das várias correntes ideológicas do "fim do trabalho" que, desde os anos sessenta do século passado, começando com Jürgen Habermas, pontificam a "perda de sua centralidade" em favor da "autonomização" de componentes como ciência e tecnologia in abstracto. Ignora-se que essas funcionam apenas na interação dialética com a força de trabalho, que continua sendo essencial, acima de tudo, quando se considera que o capitalismo mundial é uma articulação e inter-relação de regiões manuais, semi-manuais e altamente automatizadas que são economicamente e politicamente hierarquizadas para transferir valor e mais-valia aos processos de acumulação dos países capitalistas avançados, principalmente para os países hegemônicos do coletivo imperialista ocidental, como os Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, além do Japão.*

Priscila pelo GPTP: Quais são as principais repercussões da plataformação do trabalho para os países dependentes e por quê?

De que forma essa condição de subalternidade se acentua ainda mais, se estamos corretos em nossa leitura, com a indústria 4.0 e seus desdobramentos?

Adrián: *Precisamos compreender que a plataformização (através do Facebook, Instagram, WhatsApp, TikTok, Google, Zoom, entre outros) é um processo que opera no ciberespaço reforçando a subordinação do trabalho ao capital por meio do controle que exerce com automação e digitalização pela gestão empresarial. O efeito combinado desse fenômeno em países dependentes e subdesenvolvidos acentua, por um lado, a dependência tecnológica e digital dos processos de produção e trabalho das grandes corporações transnacionais e, por outro, aumenta a exploração da força de trabalho por meio do conceito marxista de superexploração que implica, em essência, a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor por meio da articulação dialética da intensificação do trabalho, o aumento do tempo de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário e do fundo de consumo do trabalhador. Por isso, devido ao fato de que países dependentes não possuem sua própria infraestrutura ou tecnologia para criar seus códigos-fonte, cuja propriedade privada é atributo de corporações transnacionais e capital estrangeiro, os dispositivos e aplicações da Quarta Revolução Industrial, também conhecida como 4.0, como inteligência artificial generativa, algoritmos, big data, plataformas digitais, a Internet das Coisas ou a robotização, acabam reforçando os mecanismos cumulativos de dependência, como Theotonio Dos Santos os chama em seu livro *Imperialismo e Dependência* (1978), como o pagamento de royalties ou direitos autorais — que são concedidos aos titulares de um direito, patente ou propriedade intelectual por permitir o uso, exploração e venda, por exemplo, de marcas e tecnologia — junto com transferências de valor para centros imperialistas, endividamento externo e a chamada "ajuda internacional".*

Priscila pelo GPTP: Analisando tanto pelas lentes da Teoria Marxista da Dependência quanto pelo tipo de organização burguesa e sua participação no Estado estrito, quais são, na sua opinião, as principais diferenças históricas, políticas e estruturais entre os estados brasileiro e mexicano? Há, de fato, um menor grau de interferência das frações

da burguesia mexicana no Estado? A que podemos dizer que se deve isso?

Adrián: *Aqui é necessário iniciar diferenciando os conceitos de Estado, governo e regime político. Como Marx demonstrou em muitas obras, o Estado, em resumo, é um instrumento de dominação da classe burguesa e do capital em geral, enquanto o governo é o poder de certas classes sociais ou frações de classes organizadas em blocos ou partidos políticos para administrar o poder político do Estado capitalista dependente. O regime político, que pode ser republicano, ditatorial, formalmente democrático, presidencial, parlamentar, populista ou oligárquico-latifundiário, é a forma específica que o governo assume em uma determinada formação social. O México, assim como o Brasil, é uma República Federativa composta por uma variedade de estados soberanos (32 no caso do México e 26 no caso do Brasil). Além das diferenças formais entre os dois Estados (território, fronteiras, regiões, população, língua, cultura, recursos naturais etc.), considero duas diferenças importantes: por um lado, o padrão de acumulação e reprodução de capital no Brasil baseia-se basicamente nas atividades primárias de exportação ligadas ao mercado mundial por meio das exportações, enquanto o México desenvolve um padrão de acumulação e reprodução baseada em atividades manufatureiras centradas na indústria exportadora maquiladora, intensamente dependente do ciclo econômico da economia dos Estados Unidos. Apesar dessa diferença, digamos estrutural, eles compartilham economias que caracterizo como desenvolvimentistas dependentes neoliberais, baseados em transferências de dinheiro e programas de assistência social que lhes renderam o apelido de "progressistas", embora não necessariamente de esquerda como alguns propagandistas afirmam, devido à aplicação de suas políticas sociais promovidas pelos governos. A outra diferença histórico-política é que, enquanto no Brasil houve governos militares que chegaram ao poder por meio de golpes de Estado, como o de 1964, no México, com exceção da ditadura de Victoriano Huerta que durou 17 meses (fevereiro de 1913 a julho de 1914), ao longo de todo o curso do século XX praticamente não houve ditaduras militares, embora tenham existido governos autoritários liderados por partidos pró-imperialistas onde, em geral, até hoje, o parlamento é um órgão fortemente controlado e influenciado pelo poder executivo do país. Nesse contexto, uma característica comum*

é que, tanto no Brasil quanto no México atual, opera o Estado do Quarto Poder, que, segundo Ruy Mauro Marini, expressa o papel privilegiado desempenhado pelas forças armadas no processo de democratização e na sociedade, ou seja, no período após o fim formal e institucional das ditaduras militares na América Latina a partir de meados da década de 1980 do século passado e culminando com o retorno do exército chileno aos seus quartéis no início dos anos noventa.

Acredito que, em ambos os países dependentes, suas (lumpen)burguesias desfrutam de grande participação nos assuntos do Estado e que ele, em última instância, serve aos seus interesses gerais por meio de múltiplos mecanismos, como a promoção de reformas estruturais, subsídios, desenvolvimento de infraestrutura para grandes capitais nacionais e estrangeiros e repressão para conter os movimentos trabalhistas e populares que mobilizam e questionam as políticas neoliberais de seus respectivos governos.

Priscila pelo GPTP: De que forma as mediações de primeira e segunda ordem, sistematizadas por István Mészáros, podem nos ajudar metodologicamente a compreender os processos de superexploração do trabalho e suas interconexões profundas nas relações sociais de dependência?

Adrián: *O conceito de mediação, como um conjunto de fenômenos e relações que interagem na constituição da realidade social, é essencial para entender a natureza congênita da superexploração da força de trabalho (sft) em sociedades dependentes e subdesenvolvidas. Sem essa noção, acabamos por reduzir a realidade às suas expressões materiais e empíricas em um nível descritivo e fragmentário, positivista, o que impede uma visão holística e analítica dos fenômenos sociais e humanos que são objeto de estudo. Realizamos uma análise detalhada dessa fenomenologia em nosso livro publicado em português (Dialética da Superexploração do trabalho. Uma Proposta Metodológica para a Análise da Nova Dependência, Práxis, SP, 2025), no qual argumentamos que a superexploração não opera como um procedimento vazio ou como um "mecanismo econômico autônomo" (autárquico), sem mediações e sobredeterminações das estruturas de classe e político-culturais, como passou a ser superficialmente atribuído às principais abordagens da teoria*

marxista da dependência por seus críticos. Pelo contrário, é um sistema complexo, operacional e multifacetado; não apenas estrutural, mas também requer a intervenção do Estado e do poder político, que a garante, mesmo por meio da repressão, para que funcione efetivamente como uma formação econômico-social capitalista.

A maioria dos críticos da Sft foca seus comentários nessa categoria isoladamente e sem considerar sua íntima interligação empírica e dialética com fatores "extraeconômicos" como o Estado, lutas de classes, nações, cultura, política e ideologia (mediações de segunda ordem segundo Mészáros), sem as quais a superexploração não poderia existir ou funcionar estruturalmente dentro do modo capitalista de produção e, especialmente em formações sociais capitalistas dependentes.

A análise teórica e empírica da Sft, tanto em países dependentes quanto desenvolvidos, para ser precisa e produzir resultados convincentes, exige considerar a estrutura das mediações políticas, sociais, mercantis, culturais e ideológicas de segunda ordem que a sobredeterminam. Somente por meio de um procedimento metodológico e pesquisa empírica a categoria Sft pode ser temporariamente "isolada" da totalidade dialética para analisá-la em seu estado puro, assim como Marx prossegue no primeiro volume de O Capital ao analisar a mercadoria como célula da sociedade burguesa.

Entendo que essa categoria da TMD, referindo-se à superexploração, pode ser isolada por razões de análise, mas não ignoramos seu pertencimento orgânico à totalidade dialética, sem perder de vista o fato de que ela é parte constitutiva das mediações de segunda ordem do metabolismo social do capital, porque interagem dentro do teorema do imperialismo/dependência e do eixo gravitacional do ciclo do capital dependente específico articulado – e sobredeterminado – dialeticamente ao economia capitalista mundial.

Priscila pelo GPTP: Ainda que muito correntemente usemos a expressão "capitalismo de plataforma", dadas suas especificidades, não temos um outro capitalismo, estamos tratando de mudanças no padrão de acumulação e reprodução do capital. Quais seriam suas principais orientações analítico teóricas tanto para que se

compreenda o momento específico, quanto para que não percamos de vista o processo histórico e estrutural?

Adrián: No meu livro mais recente: *La Sociedad Digital y el Capitalismo 4.0. Anatomia de um paradigma*, Gedimex, México, 2026, que em breve será publicado em português pela Editorial Praxis, em referência ao conceito de "capitalismo digital" ou "plataformas" e suas conotações conceituais com a lei do valor e com outras noções como capitalismo cognitivo, vigilância ou tecno-feudalismo, entre outras, concluo que essas noções só são válidas como adjetivos, mas não como substantivos, já que o conceito de modo de produção ainda é útil como ferramenta de análise e método sociológico da realidade contemporânea.

Do ponto de vista da teoria do valor, discutimos a relevância de usar adjetivos como capitalismo digital, capitalismo de plataforma, hipercapitalismo, cognitivo ou qualquer outra denominação como "sistema mundial", em substituição ao conceito de modo de produção capitalista e suas múltiplas relações com as mudanças produzidas pela tecnologia, particularmente pela atual 4RI que para alguns representa um novo período histórico, uma panaceia, que teria "superado" as contradições fundamentais do sistema capitalista ao patrocinar um novo que fosse congruente com os interesses dos trabalhadores e da humanidade. Pelo contrário, sustentamos que o que foi verificado, teoricamente, historicamente e empiricamente, são mutações que geraram novas morfologias, mas dentro do escopo espaço-territorial do modo de produção e de suas leis essenciais: exploração, propriedade privada, massa e taxa de mais-valia, acumulação e reprodução de capital, tendência à queda na taxa de lucro, colapso capitalista etc.

Dessa forma, o conceito de modo de produção não é um conceito reducionista, equivalente ao "econômico" como entende a economia neoclássica e também o positivismo e como às vezes tende a ser pensado; é, acima de tudo, uma totalidade dialética, quantitativa e qualitativa, uma unidade de múltiplas determinações e relações que envolve o todo social e o sobredetermina, ao mesmo tempo em que esse todo sobredetermina. em correspondência dialética, ao mesmo modo de produção.

Por isso venho afirmando que o termo "capitalismo digital" é um adjetivo e não um substantivo, porque não explica essencialmente, as características do capitalismo contemporâneo. Isso se deve ao fato de não haver capitalismo digital, de plataforma,

cognitivo ou qualquer outra nomenclatura, como, por exemplo, o agora chamado "tecnofeudalismo". O que existe, na verdade, é o modo de produção capitalista historicamente desenvolvido desde o século XVI assumindo diferentes facetas, sem modificar sua essência com base na exploração do trabalho pelo capital, na propriedade privada dos meios de produção e consumo, nas dinâmicas dos mercados controlados e manipulados por empresários e pelo Estado capitalista, assim como em todos os tipos de relações sociais e de poder voltadas para preservar esse estado de coisas.

Ainda é importante lembrar que o conceito de modo de produção é elaborado em um alto nível de abstração que, ao descermos a planos concretos de realidade, o apreciamos como uma formação econômico-social que o contém, mesmo em alguns casos, com outros modos ou formas de produção, mas sob sua predominância.